



ILMO (A) SR(A). SERVIDOR (A) PREGOEIRO (A), PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TURISMO DE GRAMADO – GRAMADOTUR.

REF.: PROCESSO DE EDITAL NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 54/2023

GASPERIN COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 12.671.029/0001-84, estabelecida na Rua Emílio Leobet, n.º 100, loja 01, Bairro Centro, em Gramado/RS, neste ato representado por seus sócios, Alessandra beatriz Saraiva Gasperin, brasileira, casada, comerciante, inscrito no R.G. sob n.º 2090957198 e CPF sob n.º 836.627.150-15, residente e domiciliada na Rua Bento Vieira de Sá, n.º 41, Bairro São José, em Canela/RS, e Sr. Maicon Rodrigo Keller Gasperin, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no R.G. sob n.º 1087582043 e CPF sob n.º 011.907.470-22, residente e domiciliado na Rua Bento Vieira de Sá, n.º 41, Bairro São José, em Canela/RS na presença de V. Senhoria, em tempo hábil, com fulcro no artigo 109 da Lei 8666/93 e artigo 164, § 4º da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações posteriores e nos itens do edital nº 54/2023 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas regras e condições estabelecidas no instrumento convocatório, a fim de oferecer:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela empresa A CASTRO & ROCHA LTDA, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob nº 32.185.141/0001-12, nos autos do processo licitatório nº 54/2023, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:



I – PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

Em conformidade com o item 7.3 do edital, a apresentação das presentes razões são tempestivas, por estarem dentro do prazo de 03 (três) dias contados do término do prazo do recorrente, devendo ser entregue até o dia 06/07/2023.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS

No Dia 28 de junho de 2023 a ora contrarrazoante participou da licitação em epígrafe no Portal de Compras Públicas promovido pela Autarquia Municipal de Turismo de Gramado – GRAMADOTUR, com o objetivo de ser fornecedora da autarquia no 38º Natal Luz de Gramado, Durante a fase de análise de habilitação, a licitante 1ª colocada foi declarada inabilitada, prosseguindo-se, então, com a convocação da 2ª colocada, restando então a contrarrazoante habilitada, após a minuciosa análise dos documentos pelo senhor pregoeiro, abriu-se prazo para recurso de 30 minutos e após caso não houvesse manifestação já iria a adjudicação.

A empresa CASTRO então manifestou interesse no recurso, alegando que a empresa tem contrato muito antigo com seu engenheiro e que o balanço não foi apresentado e foi apresentado o livro diário, e que deixou de apresentar algumas peças contábeis, então vamos contrapor ponto a ponto a seguir:

a) Do contrato do engenheiro

A empresa Gasperin com registro válido e contínuo no CREA RS desde 2012, firmou contrato com seu técnico de grau superior, engenheiro civil desde 2016.

Acredito que o recursante está um pouco equivocado em seus argumentos, uma vez que o código civil nos traz que o contrato de prestação de serviços é um acordo entre as partes, caracterizando-se por ser uma espécie de contrato típico, nominado, por meio do qual uma das partes — prestador — se compromete a realizar uma atividade em favor de outra — tomador —, mediante remuneração. O artigo citado 598 CC trás que o prazo de vigência do contrato por prazo determinado não pode ultrapassar o prazo máximo de 4 (quatro) anos. O que não cabe aqui, haja vista que o contrato com o engenheiro é por prazo indeterminado regido pela CLT em seu artigo 452:



Art. 452 - Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 (seis) meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

A limitação de prazo contratual não anula o contrato apenas a cláusula, podendo ser renovado por igual período, o objetivo é permitir que a relação contratual se desenvolva de forma saudável e não que as partes se vejam trancafiadas em um contrato por período fora da razoabilidade, apenas por necessidade de obediência à literalidade da cláusula de vigência.

Por outro lado, não se deve cometer o equívoco de entender que a limitação prevista para o contrato de prestação de serviço, quando celebrado por prazo determinado, significa que a prestação de serviço, de forma geral, não pode ultrapassar o prazo de quatro anos.

A opção desse contrato é a sua renovação ou a substituição por um contrato por prazo indeterminado, o que, pois, nesta última hipótese, o pacto poderá ultrapassar os quatro anos, considerando que as partes poderão requerer resilição unilateral a qualquer tempo.

Nesse ponto cabe destacar, entretanto, que o direito de requerimento de resilição unilateral a qualquer tempo não pode ser compreendido como a possibilidade de extinção sem o oferecimento de aviso prévio, pela parte interessada à outra.

Ou seja, um contrato celebrado por prazo indeterminado não tem validade, uma vez que as partes têm condições de rescisão a qualquer momento desde que com um aviso prévio, o que está plenamente celebrado em nosso contrato, como pode observar abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA: Prazo: A vigência é por prazo indeterminado a contar de sua assinatura. É facultado às partes rescindirem o contrato com aviso por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA: A...

NOVA LEI DE LICITAÇÕES Nº Lei nº 14.133/2021

A nova lei de licitações trás ainda que não há mais a necessidade, nem a obrigatoriedade da apresentação de vínculo contratual dos técnico com a empresa no momento da licitação, apenas a apresentação de uma declaração indicando estes para a execução do serviço, conforme segue:

Art. 67. *A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

Sendo assim, a empresa trouxe um contrato válido, mas que não há mais essa obrigatoriedade. Mas como participamos e várias licitações não têm problemas em respeitar as regras do edital.

E ainda ressaltamos que conforme se pode observar na certidão do CREA RS válida até o próximo ano (2024), o técnico tem vínculo desde 2016 e continua válido perante o órgão competente fazendo parte do quadro permanente da empresa, garantindo assim o vínculo e o acordo entre as partes.

b) Dos Documentos Contábeis

A empresa CASTRO alega que a contrarrazoante não apresentou o balanço patrimonial do último exercício social, exigível pela legislação e apresentado na forma da Lei, conforme é solicitado no item 6.3.4 “c” do Edital, de forma errônea ainda dá prazo para o registro do Livro Diário da empresa, bem como elenca vários artigos do código civil e de Leis esparsas e sem conexão nenhuma nesse caso. Seguimos rebatendo e explicando as normativas contábeis a empresa CASTRO.

A contrarrazoante é microempresa (ME) e optante pelo Simples Nacional, ou seja, segue Normas simplificadas, considerando então, que a empresa em questão utiliza a ITG 1000, temos que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP) poderão adotar os critérios e procedimentos simplificados previstos na Resolução CFC 1.418/12.



Desta forma, as MEs e EPPs, que adotarem a Resolução CFC 1.418/12, ficarão obrigadas a apresentação, ao final de cada exercício social, das seguintes demonstrações:

I - Balanço Patrimonial;

II - Demonstração do Resultado;

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, apesar de não serem obrigatórias para as entidades alcançadas por esta Interpretação, é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme consta na mesma Lei em seu artigo 27.

As Normas Brasileiras de Contabilidade não estabelecem ou dão qualquer indicação da data limite para que a empresa tenha suas Demonstrações Contábeis concluídas e devidamente transcritas no Livro Diário.

As legislações que estabelecem limite para apresentação das Demonstrações Contábeis são a Lei de Falências, que no seu art. 186 estabelece 60 (sessenta) dias após a data fixada para o seu encerramento, e a Lei nº 6.404/76, que no seu art. 132 determina o prazo limite de 30 (trinta) dias antes da Assembléia Geral Ordinária para que as Demonstrações Contábeis estejam a disposição dos acionistas. Sendo a data limite para a realização 30 de abril do ano subsequente, subentende-se que o prazo limite para fechamento das Demonstrações Contábeis é 31 de março do ano subsequente. O que de fato nada tem haver com a empresa em questão.

As Leis citadas pela empresa CASTRO são para empresas de capital aberto e de Lucro Real, o que mais uma vez nada tem haver com a empresa Gasperin, ressaltando novamente Microempresa (ME) optante pelo Simples Nacional.

Já sobre a questão da empresa pelo SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), o envio pelo SPED ou diretamente na Junta Comercial, ambos são válidos, a diferença ainda é a adaptação de cada empresa ou de seus escritórios de contabilidade, não tem normativa que invalide o envio direto a Junta Comercial.

Ademais, cabe ressaltar também que a empresa GASPERIN, apresentou os documentos válidos solicitados no item 6.3.4. Qualificação Econômica Financeira e subsequentes, conforme solicitado, seu balanço é parte integrante do seu Livro Diário, seus índices estão certos e muito além do solicitado, a empresa é sólida e tem grande expertise em eventos, seus técnicos são habilitados e cadastrados nos órgãos

competentes e vinculados nos mesmos órgãos no cadastro da empresa, sendo assim, não há o que se falar em inabilitação da empresa por exigência de documentação.

6.3.4. Qualificação Econômico-Financeira

a) *Certidão Negativa de Falências e concordatas emitida pelo Poder Judiciário da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.*

b) *Comprovação de ser dotada de capital social devidamente integralizado ou de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado ou pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme disposto no artigo 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993.*

c) *Apresentar Balanço Patrimonial do último exercício social, exigível pela legislação e apresentável na forma da lei.*

d) *Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial, os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral – ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou maior que 1,00 (um);*

d.1) *As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são as seguintes:*

$$\text{Índice de Liquidez Geral: ILG} = \frac{(\text{AC} + \text{RLP})}{(\text{PC} + \text{PNC})}$$

Onde:

ILG = Índice Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

$$\text{Índice de Solvência Geral: ISG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

Onde:

ISG = Índice Solvência Geral

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

$$\text{Índice de Liquidez Corrente: ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Onde:

ILC = Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Até mesmo não temos muito que contrarrazoar sobre as infundadas alegações uma vez que foram anexados, em arquivos em separado, o q vislumbra para uma melhor identificação infelizmente não observadas pela Recorrente.

Contudo destacamos que a exigência Editalícia foi cumprida conforme legislação legal seja o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigíveis segue a forma apresentável:



Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples:

- Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, extraído do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o "Termo de Autenticação" da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio da Licitante; ou
- Cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio da Licitante.

Se apresentada por escrituração Digital apresentar o recibo de entrega – Sped.

A empresa CASTRO com devaneios ilusórios tenta ludibriar o bom andamento da licitação de forma protelatória.

DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do Exposto requer que seja DEFERIDO o pedido de contrarrazões e consequentemente INDEFERIDO TOTALMENTE o Recurso Administrativo da empresa CASTRO, por ser meramente protelatório e não ter embasamento legal nenhum pertinente, a documentação da empresa GASPERIN.

Sendo assim, seja dado o devido andamento legal ao processo licitatório, e seja adjudicada a empresa GASPERIN como vencedora, para que se possam iniciar os trabalhos.

Não sendo este o entendimento de Vosso Pregoeiro Designado, requer sejam os autos remetidos à autoridade superior competente.

DOS PEDIDOS

Sendo assim, é o que se pede:

- a) Julgue tempestiva as CONTRARRAZÕES;
- b) Acolha as CONTRARRAZÕES, afim de elucidar e esclarecer supostas irregularidades aventadas em frustrado Recurso;
- c) Julgue improcedentes o recurso da Recorrente;
- d) Dê seguimento ao processo licitatório adjudicando a empresa vencedora do certame em comento.



Nestes termos,
Pede Deferimento

Alessandra Beatriz Saraiva Gasperin

Sócia Gerente

Gasperin Comércio de Materiais Elétricos e Instalações Elétricas Ltda ME